

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.464 - SP (2019/0245392-7)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**EMBARGANTE : LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS RAMOS DE SOUZA S/C**  
**LTDA**  
**ADVOGADOS : ADERBAL DA CUNHA BERGO E OUTRO(S) - SP099296**  
**ALINE MOREIRA DA CUNHA BERGO - SP298183**  
**PÂMELLA FERNANDA FINOTELI - SP344568**  
**TIAGO HENRIQUE DOS SANTOS - SP423349**  
**EMBARGADO : UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
**ADVOGADOS : DAGOBERTO SILVERIO DA SILVA E OUTRO(S) - SP083631**  
**GUSTAVO MOSSO PEREIRA - SP214325**  
**DEBORA BRUNO - SP250399**  
**INTERES. : LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS DR. ROBERTO FRANCO**  
**DO AMARAL LTDA**  
**ADVOGADOS : FLÁVIO SARTORI E OUTRO(S) - SP024628**  
**MARCELO SARTORI - SP130390**  
**RODRIGO EDUARDO FERREIRA - SP239270**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO NÃO DEMONSTRADAS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

**DECISÃO**

O LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS RAMOS DE SOUZA S.C. LTDA. (LABORATÓRIO) ajuizou ação cominatória de obrigação de não fazer contra a UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO (UNIMED), pleiteando compelir a ré a não reter pagamentos em virtude de alterações ocorridas na forma de repasse entre os cooperados a ela vinculados.

O juízo sentenciante julgou improcedente o pedido, fixando honorários advocatícios no percentual de 15% sobre o valor da causa.

O Tribunal paulista, por sua vez, negou provimento aos apelos interpostos pelas partes em acórdão assim ementado:

*Ação de obrigação de não fazer c.c. condenatória (questionamento de deliberação em assembleia cooperativa) - Improcedência, com honorários advocatícios arbitrados em 15% do valor da causa - Inconformismo das partes - Não*

*acolhimento - No âmbito do controle de legalidade, não se divisa afronta à isonomia a revisão do critério de remuneração de cooperados que exercem atividades distintas - Ausência de comprovação das perdas advindas dos procedimentos realizados e que foram desvalorizados, no exercício de 2014, ou de existência de superávit no mesmo exercício, para materialização da reposição, nos termos da proposta que integrou a ata da assembleia - Recurso adesivo que ataca a fixação dos honorários advocatícios em 15% do valor da causa - Não houve impugnação ao valor atribuído (R\$ 15.000,00), o qual não se mostra irrisório e, assim, como referencial adotado na fixação da verba honorária, está em consonância com o que dispõe o art. 85, § 2º, e seus incisos, do CPC - Litigância de má-fé, por parte do autor, não caracterizada - Sentença mantida - Recursos desprovidos (e-STJ, fl. 1.384).*

Os embargos de declaração opostos pelo LABORATÓRIO foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.423/1.427).

Irresignado, o LABORATÓRIO interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, apontando a violação dos arts. 421, 422 e 479 do CC/02, 5º e 489 do NCPC, e 37 da Lei nº 5.764/71, sustentando, em síntese, **1)** negativa de prestação jurisdicional; e **2)** os critérios de repasse/pagamentos das classes de cooperados fixados em assembleia significaram uma redução da remuneração dos serviços prestados pelos laboratórios médicos, o que representou, na forma como estabelecidos, uma afronta ao princípio de isonomia entre os cooperados.

O apelo especial não foi admitido na origem sob o fundamento de incidência das Súmulas nºs 7 do STJ e 284 do STF (deficiência na fundamentação recursal).

O agravo em recurso especial interposto pelo LABORATÓRIO foi conhecido para negar conhecimento ao apelo nobre em decisão monocrática de minha relatoria que recebeu a seguinte ementa:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO COMINATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. ALTERAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE REPASSES DE PAGAMENTOS DOS LABORATÓRIOS VINCULADOS A COOPERATIVA MÉDICA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO AFASTADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. MALFERIMENTO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA ENTRE OS COOPERADOS. INTERPRETAÇÃO DOS ATOS ASSEMBLEARES. REEXAME DE PROVAS.**

*IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 5, 7 E 211 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO (e-STJ, fl. 1.584).*

Nas razões dos presentes aclaratórios, o LABORATÓRIO alegou que a decisão embargada foi omissa, considerando que a sentença de mérito entendeu que a questão da distribuição dos excedentes não teria sido objeto da assembleia e o acórdão recorrido, por sua vez, reconheceu que a aludida questão foi alvo de deliberação, não reconhecendo, porém, a nulidade da sentença. Com isso, concluiu pela ocorrência de supressão de instância.

Não houve impugnação (e-STJ, fl. 1.607).

É o relatório.

**DECIDO.**

O inconformismo não merece prosperar.

De pronto, vale pontuar que a disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC .*

O LABORATÓRIO alegou que a decisão embargada teria sido omissa. No entanto, a fundamentação por ele desenvolvida não é capaz de evidenciar nenhum vício na decisão ora embargada.

De fato, ao alegar que a sentença de mérito deveria ser anulada porque não reconheceu um fato que, posteriormente, foi reconhecido pelo Tribunal, o LABORATÓRIO não evidencia nenhuma omissão no julgado ora embargado.

Como se sabe, *o vício que autoriza a oposição dos embargos de declaração é a contradição interna do julgado, não a contradição entre este e o entendimento da parte, ou o que ficara decidido na origem, ou, ainda, quaisquer outras decisões do STJ* (EDcl no AgInt no AREsp 1.121.948/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe 3/10/2018).

Nesse contexto, não foi demonstrado nenhum vício na decisão embargada, sendo que a fundamentação adotada pelo *decisum* embargado é clara e suficiente para respaldar a conclusão alcançada e a pretensão ora demonstrada se mostra absolutamente incapaz de ensejar a integração do julgado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

De fato, os embargos de declaração constituem recurso de estritos limites processuais, cujo cabimento se submete aos pressupostos legais estabelecidos no art. 1.022 do NCPC. Assim, não se verificando omissão, contradição ou obscuridade no julgamento, o recurso integrativo não comporta acolhimento.

Nessas condições, **REJEITO** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator